



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Graduação em Psicologia

A perpetuação da violência de gênero na sociedade brasileira

Déborah Soares de Carvalho

Brasília – DF

Dezembro de 2016



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Graduação em Psicologia

A perpetuação da violência de gênero na sociedade brasileira

Déborah Soares de Carvalho

Monografia apresentada à FACES do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito parcial à conclusão do curso de Psicologia.

Professora orientadora: Dr^a. Ana Flávia do Amaral Madureira

Brasília – DF

Dezembro de 2016



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Graduação em Psicologia

Folha de avaliação

Autora: Déborah Soares de Carvalho

Título: A perpetuação da violência de gênero na sociedade brasileira.

Banca examinadora

Prof^ª. Dr^a. Ana Flávia do Amaral Madureira
Professora-Orientadora

Prof. Me. Leonardo Cavalcante de Araújo Mello
Professor Examinador

Prof. Dr. José Bizerril
Professor Examinador

Brasília – DF
Dezembro de 2016

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à minha mãe, mulher guerreira e forte, que sempre acreditou em meu potencial e investiu em minha educação apesar de todas as dificuldades. Com ela aprendi a sonhar e acreditar que a educação pode transformar o mundo. Meu amor e gratidão por você mamãe é incondicional. À minha tia Maria, pelo apoio e incentivo incondicional. Obrigada tia por cuidar de mim como se eu fosse sua filha. À minha irmã, Bárbara, por me inspirar e me fazer acreditar que a juventude será capaz de transformar o mundo em um lugar melhor.

Aos amigos que conquistei durante os anos da graduação, que estiveram sempre presentes e me apoiaram nos momentos difíceis. Em especial, às companheiras de monografia, Vannini e Luciana, pela paciência e amizade.

Aos professores que contribuíram para a minha formação. Em especial, à professora Ana Flávia Madureira que me acompanhou em Estágio Básico II, Produção de Artigo e Monografia. Obrigada professora por todo incentivo, paciência, por dividir seu conhecimento e despertar em mim a paixão pela pesquisa.

*“No dia que for possível à mulher amar-se em sua
força e não em sua fraqueza; não para fugir de si
mesma, mas para se encontrar; não para se
renunciar, mas para se afirmar, nesse dia então o
amor tornar-se-á para ela, como para o homem,
fonte de vida e não perigo mortal.”*

Simone Beauvoir

Sumário

Introdução	1
Objetivo Geral	5
Objetivos Específicos	5
1. Psicologia, Cultura e o Fenômeno da Violência.....	6
1.1 O fenômeno da violência.....	8
2. Gênero e o Movimento Social Feminista	11
3. Violência de Gênero na Sociedade Brasileira	14
4. Metodologia.....	19
4.1 Participantes	22
4.2 Materiais e Instrumentos	23
4.3 Procedimentos de Construção de Informações.....	24
4.4 Procedimentos de Análise	24
5. Resultados e Discussão	27
5.1 Gênero: um conceito ainda incompreendido pela sociedade	27
5.2 O que é violência de gênero na perspectiva dos/as participantes	32
5.3 Aspectos culturais e sociais relacionados à violência de gênero.....	38
5.3.1 Ênfase na punição e silenciamento em relação à prevenção	41
Considerações Finais	46
Referências Bibliográficas	48
Anexos.....	57
Anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	58
Anexo B: Roteiro de Entrevista.....	60
Anexo C: Parecer de aprovação do Comitê de Ética.....	62

Resumo

A presente pesquisa visa compreender as percepções de homens e mulheres acerca da perpetuação da violência de gênero na sociedade brasileira. Para tanto, foi utilizada a psicologia sociocultural como referencial teórico. Foram realizadas seis entrevistas individuais semi-estruturadas com mulheres e homens, com idades entre 20 e 23 anos, no Distrito Federal e entorno. Como recurso metodológico também foi utilizado um vídeo previamente selecionado, para provocar reflexões sobre o tema abordado. Para a análise das informações obtidas nas entrevistas foram construídas três categorias analíticas temáticas: (1) Gênero: um conceito ainda incompreendido pela sociedade; (2) O que é violência de gênero na perspectiva dos/as participantes; e (3) Aspectos culturais e sociais relacionados à violência de gênero. Os resultados das entrevistas apontaram que ainda há um desconhecimento da sociedade em geral acerca do conceito de gênero. Além disso, ainda existe na atualidade resquícios evidentes do sistema patriarcal que sustentam a prática da violência de gênero no Brasil. Também é possível perceber, por meio das falas dos/as participantes, que é dada maior ênfase na sociedade a punições mais severas para o autor da violência e pouco reconhecimento da importância da prevenção, apesar deles/as reconhecerem que a perpetuação da violência de gênero é sustentada por normas sociais, sendo assim, suscetíveis a mudanças.

Palavras-chave: Gênero, Violência de gênero, Violência contra a mulher, Feminismo.

Introdução

O ano de 2015 foi classificado pelas mídias impressas, sociais e digitais como a “Primavera das Mulheres”¹, por ter se destacado a militância feminista. Durante o ano de 2015, mulheres tomaram conta das ruas e das mídias sociais para levantar o debate sobre as diferentes formas como são violentadas em seus cotidianos. Quando uma menina de 12 anos, participante de um programa de televisão de culinária recebeu em suas redes sociais mensagens de teor sexual, ativistas movimentaram as redes com a hashtag “meu primeiro assédio”². Milhares de mulheres publicaram, coletivamente, a primeira vez que sofreram assédio sexual. Ainda em 2015, a hashtag “meu amigo secreto”³ também movimentou as redes, o objetivo foi denunciar e relatar atitudes machistas que são vivenciadas no cotidiano e acabam passando, muitas vezes, despercebidas.

Já neste ano, adolescentes de 13 a 18 anos estudantes de um colégio tradicional de Porto Alegre estão movimentando as redes sociais com o abaixo-assinado “Vai ter shortinho sim”⁴, no qual as meninas exigem que a escola se ocupe em ensinar aos alunos o respeito e que o corpo da mulher não é objeto sexual, em vez de determinar como as alunas podem ou não se vestir. O abaixo assinado em questão tem gerado polêmica na internet, sendo possível observar a naturalização da opressão das mulheres em suas diversas formas, como, por exemplo, culpabilizá-las pelas violências sofridas diariamente.

Segundo o Mapa da Violência⁵ publicado pela Flacso Brasil em 2015, entre 1980 e 2013 foram assassinadas 106.093 mulheres no Brasil. Em 2013, o país teve 13 mulheres

¹ Revista Época, Edição 909 – Nov/2015. Disponível em

<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>

² Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/politica/1445529917_555272.html

³ Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/25/politica/1448451683_866934.html

⁴ Disponível em <https://www.change.org/p/co% C3% A9gio-anchieta-vai-ter-shortinho-sim>

⁵ Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil. Disponível em

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

assassinadas por dia. Além disso, 50,3% dos homicídios de mulheres no Brasil são cometidos por familiares.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com a Data Popular⁶ em 2014, no Brasil três entre cinco mulheres jovens já sofreram violência em relacionamentos. Sendo que essa pesquisa revela a naturalização da violência contra a mulher em relacionamentos, enquanto 66% das mulheres admitem já terem sofrido algum tipo de violência, somente 55% dos homens admitem já terem sido autores de atitudes violentas contra suas parceiras.

Em 2016, a violência sofrida por uma adolescente no Rio de Janeiro, que foi estuprada por vários homens, além de ter sua imagem exposta em um vídeo que registrou a violência sexual e foi divulgado na internet pelos próprios agressores, causou comoção social e mostrou, mais uma vez, a força da militância feminista. Enquanto muitas pessoas se preocuparam em compartilhar imagens da adolescente e justificar a violência com informações pessoais da vítima, mulheres se juntaram para denunciar a naturalização da violência de gênero e, em uma semana, organizaram diversas manifestações por todo o país.

Segundo dados coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁷, cinquenta mil casos de estupro foram denunciados em 2014 no Brasil, um caso a cada onze minutos, já em 2015 foram registrados quarenta e cinco mil e quatrocentos casos de estupro no Brasil, cinco novos casos a cada hora. Porém, acredita-se que o número de casos seja muito maior já que

⁶ “A história do Instituto Avon no Brasil começou em 2003, com o compromisso de apoiar e de provocar transformações que sejam fundamentais para o desenvolvimento da mulher brasileira. A primeira causa assumida foi a Campanha Avon Contra o Câncer de Mama e posteriormente a campanha Fale sem Medo – não à violência doméstica. Esta foi lançada em 2008 com o objetivo de contribuir para a educação, conscientização e reflexão para a prevenção e o combate da violência doméstica.”

Disponível em http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/DATAPOPULAR_AVON_violenciajovens.pdf

⁷ Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/90-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>

estudos internacionais, como o “National Crime Victimization Survey”, apontam que apenas 35% das vítimas desse tipo de violência o denunciam formalmente.

Apesar de todas as informações citadas anteriormente, quando o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) abordou o feminismo e a persistência da violência contra a mulher no Brasil em 2015, houve revolta por parte de muitos/as brasileiros/as que acusaram o Ministério da Educação de doutrinação sobre a “ideologia de gênero”. Termo que vem sendo utilizado por políticos e setores conservadores de nossa sociedade como forma de desqualificar a legitimidade dos estudos acadêmicos sobre gênero, a fim de impedir que questões de gênero façam parte do Plano Nacional de Educação.

É possível perceber que mesmo com o aumento do ativismo feminista, das leis sancionadas contra a violência de gênero no país, a prática contínua das diversas formas de violência contra a mulher persiste. Ou seja, ainda não são suficientes para impedir que essas violências sejam praticadas e sejam percebidas pela sociedade como uma violência real, ou seja, como um crime.

É importante ressaltar que a naturalização das diferentes formas de violência contra as mulheres acaba sendo reforçada em diferentes âmbitos da sociedade, como a família, a escola, a mídia, o contexto profissional, entre outros. Sendo assim, a violência de gênero é uma construção social, resultante das relações de poder estabelecidas historicamente entre homens e mulheres. Ou seja, são construídas nas relações sociais e reproduzidas pela sociedade.

Como pesquisadora interessada nas questões de gênero, nas disciplinas “Estágio Básico II” e “Produção de Artigo”, sob orientação da professora doutora Ana Flávia do Amaral Madureira, realizei uma pesquisa sobre as relações entre mídia, corporeidade e feminilidade na perspectiva de mulheres jovens, que foi transformada em artigo, intitulado “A representação da mulher na mídia: questões de gênero e poder”. Assim, foi possível constatar que a definição rígida de papéis sociais vivenciados por homens e mulheres na sociedade

brasileira atual acaba reforçando a ideia da subordinação das mulheres em relação aos homens, o que contribui para que as práticas de diferentes formas de violência física e simbólica se perpetuem e acabem sendo naturalizadas nas relações cotidianas entre homens e mulheres. Dessa forma, acredito ser de suma importância que a psicologia busque compreender, de forma mais aprofundada, como a naturalização das formas distintas de violência de gênero afetam os indivíduos da nossa sociedade.

Compreende-se que, para a psicologia, analisar os mecanismos subjacentes à violência de gênero é de suma importância, pois provoca sofrimento físico e psíquico nas mulheres violentadas em seu cotidiano, bem como para os homens autores das violências e para aqueles homens que se encontram fora do padrão estabelecido socialmente, que é o padrão da masculinidade hegemônica⁸, em que os homens buscam afirmar sua masculinidade através da agressão e da desvalorização de tudo que é considerado feminino, ou seja, mulheres e homens homossexuais (Junqueira, 2009). É importante ressaltar que a psicologia pode e deve contribuir com a desconstrução das ideias machistas que sustentam as diferentes violências de gênero que são praticadas diariamente na sociedade brasileira, seja no âmbito da psicologia clínica, escolar, organizacional, da saúde, entre outros campos de atuação dos/as psicólogos/as.

Diante do que foi abordado anteriormente, a presente pesquisa visa compreender, a partir da perspectiva de homens e mulheres, os aspectos sociais e culturais que sustentam o fenômeno da violência de gênero na sociedade brasileira. Buscando responder a seguinte questão de pesquisa, quais as crenças de mulheres e homens de classes sociais distintas a respeito da perpetuação das diferentes violências de gênero na sociedade brasileira?

Os objetivos desta pesquisa são apresentados a seguir.

⁸ Em relação a discussão da masculinidade hegemônica sugiro o documentário “The Mask You Live In” - 2015, Direção: Jennifer Siebel Newsom, disponível na Netflix. O documentário aborda a masculinidade hegemônica e como essa ideia influencia a construção das identidades masculinas, sendo causadora de sofrimento.

Objetivo Geral

Analisar e compreender, a partir da perspectiva dos/as participantes, os aspectos culturais e sociais que estão relacionados à violência de gênero na sociedade brasileira.

Objetivos Específicos

- Analisar o que as/os participantes compreendem como violência de gênero.
- Analisar as crenças de homens e mulheres acerca da perpetuação das diversas formas de violência contra as mulheres na sociedade brasileira.

1. Psicologia, Cultura e o Fenômeno da Violência

O referencial teórico utilizado nesta pesquisa é a psicologia sociocultural ou cultural. Nessa perspectiva teórica, a cultura ocupa um lugar de destaque, pois é a cultura que intermedia a relação do sujeito com o mundo e as relações que ele constrói com outros indivíduos e consigo mesmo. Nessa perspectiva teórica, a cultura ocupa um lugar central no estudo e compreensão do sujeito em sua natureza simbólica (Madureira & Branco, 2007).

Segundo Valsiner (2012), a ciência pode ser compreendida com um artefato cultural que permite um processo reflexivo em nossas mentes acerca de eventos significativas que acontecem ao nosso redor. Para o autor, a psicologia cultural é uma perspectiva interdisciplinar, desenvolvimental e social, que parte de uma ótica qualitativa ao estudar os fenômenos, considerando tanto a estrutura dele como o desenvolvimento de sua dinâmica. Ao considerar a cultura como um campo dinâmico, a psicologia cultural é então, a ciência que estuda os significados dinâmicos que atribuímos aos fenômenos que acontecem a nossa volta e que tornam nossa existência possível (Valsiner, 2012).

A cultura é um elemento constitutivo da experiência humana, sendo assim, é fundamental para a psicologia a compreensão de que não existe um sujeito independente da cultura (Bruner, 1997). Segundo o autor, é necessário que a psicologia se organize ao redor dos processos de significação que conectam os sujeitos e a cultura. Sendo fundamental para a vida em sociedade que os significados sejam públicos e compartilhados, para que os sujeitos possam interpretá-los e assim negociá-los com o domínio público (Bruner, 1997). Nesse sentido, para que a cultura possa existir e ser compartilhada nas sociedades é necessário que exista uma dimensão interpessoal, em que os significados e conceitos culturais sejam compartilhados entre os indivíduos (Bruner, 1997).

A cultura está presente no que sentimos, pensamos e em como agimos como seres humanos. Dessa forma, pode ser entendida como um sistema semiótico de regulação que ocorre tanto no processo de construção e organização mental dos sujeitos como na elaboração e reelaboração das normas sociais (Simão & Pontes, 2016). Sendo assim, a relação do ser humano com o mundo não é direta, essa relação acontece através da mediação semiótica, ou seja, é mediada por signos, estes, por sua vez, são instrumentos oferecidos pela cultura de forma que os indivíduos possam atribuir significados ao que está além do aqui e agora (Madureira & Branco, 2007).

Valsiner (1998) apresenta em suas discussões teóricas um modelo de transferência cultural bidirecional, em que os mecanismos presentes na mediação semiótica são entendidos como normas sociais que permitem a construção dos significados pelos sujeitos, simultaneamente, a possibilidade dos sujeitos de modificarem as normas sociais presentes na cultura coletiva. A visão construtivista no âmbito da psicologia do desenvolvimento reconhece uma participação ativa dos sujeitos na construção dos processos psicológicos, que são entendidos a partir das interações dos sujeitos com os contextos simbólicos e culturais (Madureira & Branco, 2005). A psicologia cultural entende que o sujeito participa da construção da cultura de forma ativa, sendo influenciado e influenciando a cultura e as normas sociais (Valsiner, 2012).

Segundo Hall (1997), ao pensarmos na humanidade, a cultura ocupa um lugar central visto que perpassa todas as experiências que vivenciamos, e as representações que elaboramos acerca dessas experiências. A cultura, é entendida então, não como um conjunto de tradições e costumes, mas como um mecanismo de controle que é capaz de orientar o comportamento dos indivíduos (Geertz, 1989). Segundo o autor, a cultura é entendida sempre através de uma ótica pública, nunca particular, sendo necessário compreendê-la a partir de um viés interpretativo, em que a ciência antropológica busca compreender os significados.

Para que possamos compreender quais são as crenças e percepções que homens e mulheres possuem acerca das diferentes formas de violência de gênero na sociedade brasileira, é necessário que busquemos compreender o contexto cultural no qual eles/as estão inseridos/as. É através dos significados que construímos, a partir, da nossa interação com o mundo que atribuímos sentido ao que somos e as experiências que vivenciamos, e, é esse sentido que construímos que nos permite sermos quem somos (Woodward, 2000).

1.1 O fenômeno da violência

A violência pode ser entendida como um fenômeno cultural, como exemplo, podemos citar a violência contra a mulher, que muitas vezes é entendida como uma prática aceitável, mas que resulta em danos à saúde da vítima (Dahlberg & Krug, 2006). Durante a história da humanidade, as práticas de violência são recorrentes, sendo a cultura fundamental no estabelecimento de formas violentas para a resolução de conflitos. Ressalta-se que cada sociedade, em épocas específicas, apresentam formas diferentes de violência, mas há formas de violência que se perpetuam no tempo e se estendem a sociedade como um todo, como a violência de gênero (Minayo, 2006).

O fenômeno da violência abrange todas as classes sociais, embora, algumas dessas formas de violência sejam mais recorrentes em uma classe social. A ideia de que pessoas pobres tendem a ser mais violentas é falsa, porém, existem estudos que mostram que o investimento em educação formal e a universalização dos direitos individuais, sociais e políticos geram melhorias nas condições de vida de pessoas provenientes das camadas populares, o que auxilia na superação das formas de violência mais habituais vivenciadas por essa classe social (Minayo, 2006).

Milhares de pessoas morrem anualmente em todo o mundo em decorrência da violência e muitas outras pessoas sofrem ferimentos não letais decorrentes de agressões,

individuais ou coletivas. Estima-se que em todo o mundo a violência seja uma das principais causas da morte de pessoas com idade entre 15 e 44 anos (Dahlberg & Krug, 2006).

A Organização Mundial de Saúde definiu, em 2002, a violência como:

(...) uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações.

A violência não é um fenômeno exclusivo da atualidade, sendo que a história da humanidade é permeada pela prática da violência, principalmente contra os grupos que não estão de acordo com os padrões estabelecidos socialmente, as minorias, que são determinadas não por uma questão estatística, mas por uma questão política em que um determinado grupo exerce maior poder sobre outros. Entre essas minorias encontram-se as mulheres (Andrade & Fonseca, 2008). O conceito de minoria não está, portanto, ligado unicamente a uma organização demográfica, mas, especialmente, a maneira como o poder é distribuído nas relações sociais entre os sujeitos (Silva, 2010).

É possível perceber que a prática da violência se fez presente na história da humanidade, porém, a partir do momento que as sociedades se desenvolvem, principalmente, enquanto sistemas democráticos, ou seja, com a soberania do povo, tipos variados de violências acabam sendo vistos como um fenômeno negativo que é capaz de comprometer o sistema democrático. Nessa percepção, quando a força, seja ela física, moral, psicológica ou política, é usada contra a vontade do outro, passa a ser considerada como opressão (Piosiadlo, Fonseca & Gessner, 2014). Segundo Todorov (2010), não há uma sociedade ou cultura que seja intrinsecamente bárbara ou civilizada. Dessa forma, toda cultura pode se tornar bárbara

ou civilizada, sendo a civilidade, segundo o autor, a capacidade de enxergar a humanidade do outro, por mais que o outro seja diferente.

Segundo Minayo (2006), é importante diferenciar os conceitos de agressividade e violência, o primeiro é um impulso natural, necessário à sobrevivência humana, efetuando o papel de defesa e proteção do próprio indivíduo. A transformação da agressividade em violência acontece em um processo, que é, ao mesmo tempo, social e psicossocial, que ocorre a partir de uma série de circunstâncias sociais, que envolvem o contexto cultural, a forma como os indivíduos se relacionam consigo e com a comunidade em que vivem e suas tendências de reagir a determinadas situações (Minayo, 2006).

Há formas diferentes de se praticar e vivenciar a violência, sendo assim, a violência não pode ser tratada como um fenômeno homogêneo. Quando relacionada às questões de gênero, percebe-se que a violência simbólica, que não exclui a violência física, acontece de forma subjetiva nas relações de poder, em que o feminino é socialmente considerado inferior, dessa maneira, existe uma busca de afirmação da soberania masculina (Souza, Malvasi, Signorelli & Pereira, 2015). A violência simbólica acontece, frequentemente de maneira sutil, muitas vezes invisível, nos espaços sociais, o que acaba fortalecendo a naturalização de tais práticas (Souza, Malvasi, Signorelli & Pereira, 2015).

2. Gênero e o Movimento Social Feminista

O movimento social feminista, que iniciou-se na virada do século XIX, com manifestações de mulheres reivindicando o direito ao voto ficou conhecido como “sufragismo” e foi considerado a primeira onda feminista. Já a partir da década de 1960, o feminismo ressurgiu voltando-se também para a construção teórica. Dessa forma, o feminismo além de estar ligado a movimentos que reivindicam melhorias sociais na direção do enfrentamento de desigualdades históricas, passa a se expressar em livros, revistas e jornais (Louro, 1998). Cabe mencionar que esses movimentos aconteceram no hemisfério norte e foram protagonizados por mulheres brancas e da elite.

No Brasil, o feminismo desenvolveu-se durante a ditadura militar, sendo que a maioria das militantes feministas participou ou simpatizou-se com a militância contra a ditadura no país (Pinto, 2003). A partir de 1970, começaram a surgir, no sudeste do país, os primeiros grupos feministas que se inspiraram no movimento que acontecia no hemisfério norte. Os grupos feministas brasileiros eram restritos e intelectualizados até então, caracterizando-se como uma atividade privada (Pinto, 2003). Até que, em 1975, ano que a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu como “Ano Internacional da Mulher”, e ficou conhecido como “o momento inaugural do feminismo brasileiro”, foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (Pinto, 2003).

Segundo Scott (1998), falar de gênero é referir-se à diferença entre os sexos, não apenas pelas diferenças biológicas, mas, sobretudo pelas estruturas e práticas sociais que são esperadas para cada sexo. O gênero acaba se tornando uma forma de indicar as “construções sociais” que são criadas para definir os papéis de homens e mulheres na sociedade, dessa maneira, questionando a ideia da subordinação feminina presente na sociedade (Scott, 1995). O termo gênero surgiu para confrontar o determinismo biológico que sustenta a divisão

binária dos sexos e nega o caráter social na construção das identidades de gênero (Scott, 1995). O conceito de gênero pode ser compreendido como uma construção sociocultural que, além de contribuir para o estabelecimento de diferentes papéis e espaços na sociedade para os gêneros, tem implicações profundas na constituição da subjetividade de homens e mulheres (Santana & Benevento, 2013).

Sendo assim, os significados culturais associados à masculinidade e à feminilidade devem ser estudados e questionados de maneira integrada aos diferentes sistemas de significação que são construídos culturalmente. As identidades de gênero são construídas a partir das percepções, crenças, valores e padrões que delimitam as relações de poder, os papéis e espaços sociais ocupados por mulheres e homens em contextos culturais específicos (Madureira, 2010).

Essa divisão de papéis, espaços e poder acabam por perpetuar a ideia da dominação masculina, que foi incorporada nas relações sociais a partir de uma visão androcêntrica, em que o masculino é considerado a medida para calcular tudo no mundo, tomando como base um fator biológico em que ter um pênis significaria ser viril em todos os espaços da sociedade. Dessa forma, caberia ao feminino apenas se submeter aos desejos masculinos (Bourdieu, 2005). Essa concepção do feminino, supostamente como inferior, é ensinada aos indivíduos desde muito cedo, devido a isso, muitas vezes, as próprias mulheres interiorizam esses ensinamentos sem questioná-los e acabam também propagando essas concepções nos meios em que vivem (Bourdieu, 2005).

Quando o feminino passa a ser compreendido como inferior nas relações sociais, estimulando relações desiguais de poder, tais relações acabam por consolidar a divisão binária de gênero em feminino e masculino. Essa diferenciação do que pode ou não para cada gênero e a hierarquização entre os gêneros é uma forma de preconceito, esse modelo precisamente é chamado de sexismo. O sexismo é uma construção cultural em que há uma

diferenciação rígida entre os gêneros, bem como o estabelecimento de relações de poder desiguais nas relações entre homens e mulheres (Madureira & Branco, 2012).

O sexismo pode manifestar-se na esfera interpessoal, ou seja, nas relações pessoais entre homens e mulheres, ou institucional, que compreende práticas discriminatórias em instituições, como, por exemplo, ainda é possível perceber no mundo do trabalho que mulheres recebem, muitas vezes, salários menores que homens, apesar de ambos ocuparem o mesmo cargo (Ferreira, 2004). Os estudos feministas apontam que o sexismo está relacionado com a separação dos espaços em público e privado e dos papéis sociais que caberia a cada gênero, além de possuir consequências nos processos de subjetivação de mulheres e homens. Ou seja, ao homem caberia o controle do espaço público, enquanto à mulher caberia o controle do espaço privado. Essa dicotomia dos espaços e papéis é uma característica da sociedade patriarcal (Ferreira, 2004).

O patriarcalismo traz consigo uma diferenciação extrema e rígida entre os gêneros, neste sistema o poder pertence aos homens, sendo ele caracterizado como superior, forte, viril, além de carregar consigo a tendência ao uso da violência. Em contraste, à mulher caberia a beleza e a passividade, o que torna evidente a sua suposta inferioridade, sujeitada à dominação do patriarca (Parker, 1991). Segundo Bourdieu (2005), as mulheres vivem uma espécie de “cerco invisível” que determina os movimentos e locomoção de seus corpos, sendo a feminilidade medida pela “arte de se fazer pequena”, ou seja, as mulheres não são entendidas socialmente como seres que possuem desejos, opiniões e sentimentos próprios.

3. Violência de Gênero na Sociedade Brasileira

A violência de gênero, cometida em sua maioria por pessoas íntimas, consiste na prática de atos violentos que ocasionam ou podem ocasionar dano psíquico, físico e sexual, abrangendo ameaças de tais atos, bem como a restrição da liberdade da mulher em espaços públicos ou privados. Esse fenômeno é extremamente complexo e atinge mulheres de todo o mundo e de diferentes classes sociais encontrando suas raízes nas inter-relações culturais, econômicas, sociais e políticas (Silva & Oliveira, 2015).

A percepção das diferentes violências de gênero como sendo um problema social que deve ser combatido com políticas públicas eficazes é um fato histórico recente na sociedade brasileira. Sendo que a assimilação dessa violência como um crime é ainda mais recente no Brasil. Há apenas dez anos que a Lei Maria da Penha foi sancionada, e a Lei que classifica o feminicídio como crime hediondo foi sancionada somente em 2015. Para Sacramento e Rezende (2006), a violência é reconhecida como tal, apenas quando é cometida no espaço público por desconhecidos sendo, assim, ligada à criminalidade. Dessa forma, quando a violência possui como autor alguém conhecido, como na violência doméstica, a comunidade tende a não reconhecer a ação como crime. O que indica que, apesar de grave, a violência doméstica acaba não sendo reconhecida culturalmente como um problema real (Sacramento & Rezende, 2006).

O não reconhecimento da violência de gênero está ligado ao patriarcalismo que foi interiorizado pela sociedade brasileira não apenas como uma maneira de organização social, mas como uma construção ideológica que ainda hoje é capaz de influenciar as percepções dos/as brasileiros/as quanto às formas de se relacionarem e enxergarem o mundo. O patriarca possuía autoridade para exercício da força sobre sua mulher, ou seja, utilizava-se da violência de gênero como um “direito legítimo” (Parker, 1991). Na configuração da família patriarcal, a

mulher é vista e tratada como posse do seu marido, sendo assim, quando este violenta a esposa, está apenas exercendo o “direito” que possui (Engels, 2006).

Durante os séculos XVI até, pelo menos, o final do século XIX, a sociedade brasileira era predominantemente patriarcal. O que ligava diretamente a função da família à vontade divina, os papéis sociais esperados de homens e mulheres estavam pré-estabelecidos, enquanto ao masculino cabia a autoridade em diferentes espaços da vida social, ao feminino restava a sujeição (Vainfas, 1997). A moralidade era defendida por homens da época, que enxergavam as mulheres através da ótica do cristianismo como “pecadora”, sendo assim uma “ameaça” para a perpetuação dos bons costumes, as mulheres deveriam ser, portanto, submetidas às vontades masculinas (Vainfas, 1997).

Segundo a ótica da iconografia cristã medieval, que possui desdobramentos até hoje, as mulheres possuiriam maior tendência para praticar o pecado, já que foram criadas a partir da costela de um homem, um ser carnal, enquanto o homem descenderia diretamente de Deus. Além disso, nota-se também nas figuras femininas presentes no imaginário social baseado no cristianismo, Eva, mulher que induziu Adão a cometer o pecado original e Maria, mãe de Jesus Cristo, mulher pura e não pecadora, mas que está longe da realidade das mulheres “reais” (Madureira, 2010).

Diversos pesquisadores/as identificaram que a expectativa social de submissão feminina e a violência de gênero estão presentes no Brasil desde o período colonial, quando os homens desempenhavam papel de provedor sobre mulheres subordinadas que lhe deviam fidelidade e a tarefa da procriação e educação dos filhos (Parker, 1991; Piosiadlo, Fonseca & Gessner, 2014; Vainfas, 1997). No século XIX, havia um alto nível de violência doméstica, não apenas violência física, mas também violência psíquica e moral, já que os aspectos políticos e econômicos envolvidos no processo do casamento dificultavam as demonstrações de afeto e afinidades sexuais, casamentos arranjados pelos pais tendo como alicerce as posses

materiais e financeiras dos pretendentes eram comuns na elite nessa época (Piosiadlo, Fonseca & Gessner, 2014).

Já no Brasil Imperial, o assassinato de mulheres era considerado legítimo quando estas eram acusadas de adultério. Somente em 1916, o Código Civil passou a considerar o adultério masculino como motivo para separação, porém a alteração da lei não foi suficiente para deslegitimar o assassinato de mulheres (Piosiadlo, Fonseca & Gessner, 2014).

Na década de 50 do século XX, os homens desempenhavam posições de autoridade sobre as mulheres devido a sua função de provedores. Ainda nesse período histórico, as mulheres eram punidas com severidade, caso não se adequassem ao papel de esposa e mãe dedicada (Piosiadlo, Fonseca & Gessner, 2014). No final da década de 1960, quando as ciências sociais passam a estudar as relações familiares e as construções dos papéis femininos e masculinos estabelecidos pela sociedade é que a violência de gênero passa a ser percebida claramente como um problema social e de saúde. A partir de então, o feminismo passa a ter maior visibilidade como um movimento de resistência e luta, em que as mulheres passam a questionar os papéis sociais que lhe são atribuídos. O feminismo surge para exigir igualdade de direitos entre os gêneros (Gomes, Diniz, Araújo & Coelho, 2007).

A partir da década de 1970, com a criação das primeiras políticas públicas voltadas para as questões de gênero, as feministas brasileiras pautaram, de forma mais intensificada, a luta contra a violência de gênero a partir das décadas de 1970 e 1980 (Gadoni-Costa, Zucatti, & Dell'Aglio, 2011).

A violência de gênero é tratada na literatura como um fenômeno complexo e multifacetado que viola os direitos humanos das mulheres que são vítimas, também considerando esse tipo de violência como um problema de saúde pública, já que causa danos intensos na saúde física e mental das mulheres que são vítimas (Gadoni-Costa, Zucatti, & Dell'Aglio, 2011). É importante destacar que a implementação de políticas públicas e serviços

de atendimento à vítima tem se desenvolvido proporcionalmente ao aumento da demanda (Gadoni-Costa, Zucatti, & Dell'Aglio, 2011). No Brasil, a primeira delegacia especializada em atendimento a mulheres violentadas foi criada em 1985. Atualmente, o país conta com quatrocentos e quarenta e uma dessas delegacias⁹.

É importante destacar que a violência de gênero pode recair também sobre homens que não se encaixam nos padrões estabelecidos socialmente de virilidade e agressividade. Sendo possível, também, que mulheres pratiquem violência de gênero contra outras mulheres ou até mesmo contra homens que não se adequem ao padrão heteronormativo, tendo em vista que as relações sociais de poder estão ligadas a várias categorias como, por exemplo, classe, etnia e gênero (Saffioti, 2001). Entretanto, o número de casos de violência de gênero, em que o autor é homem e a vítima uma mulher é estatisticamente maior.

Segundo o Mapa da Violência publicado pela Flacso Brasil em 2015, em dez anos o assassinato de mulheres negras no país cresceu 54%, enquanto, no mesmo período o número de mulheres brancas assassinadas caiu 10%. Existe no Brasil uma crença de que vivemos uma valorização da diversidade racial, tendo em vista que, somos todos frutos de uma mistura de “raças” (Bernadino citado por Silva, 2014). O que se ignora é que a miscigenação foi construída, no decorrer dos séculos, através de relações de dominação, em que homens brancos violentavam sexualmente mulheres negras e indígenas, em um período histórico em que a mistura racial era abominada (Gomes citado por Silva, 2014).

Percebe-se, então, que apesar dos avanços conquistados em alguns aspectos pelas mulheres, ainda vivemos no Brasil resquícios de uma sociedade patriarcal de tradição cristã, que procura estabelecer os papéis e os espaços que cabem às mulheres e aos homens na comunidade. A divisão binária de gênero acaba por estimular práticas ancoradas no sexismo, já que, sustentando o estabelecimento de espaços físicos e simbólicos e papéis sociais que são

⁹ Informação obtida pela seção de estatística da Polícia Civil do Distrito Federal.

voltados apenas para mulheres ou apenas para homens, criam, assim, fronteiras simbólicas rígidas entre gêneros (Oliveira & Madureira, 2014).

Para que o Brasil avance na promoção da igualdade de gênero, é necessário que estejamos dispostos/as a mudanças profundas em nossas concepções e atitudes, ampliando nossas ideias acerca da construção das identidades de gênero, das relações de poder entre os gêneros e dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, o que implicará no questionamento e desconstrução dos valores estimados pelo modelo de sociedade vigente (Gonzalez, 2014). Para que essa desconstrução aconteça, é necessário que ocorra uma flexibilização das fronteiras simbólicas rígidas que distinguem, de forma hierarquizada, homens e mulheres (Oliveira & Madureira, 2014). Sendo importante ressaltar que, o processo de desconstrução deve estar presente dentro de escolas e universidades, sendo fundamental, que haja uma maior discussão acerca dessa flexibilização das fronteiras rígidas de gênero nos cursos de graduação em psicologia, que infelizmente, ainda estão ancorados, muitas vezes, em conceitos reducionistas e conservadores (Oliveira & Madureira, 2014).

4. Metodologia

Foi utilizada, para realização da pesquisa, uma metodologia qualitativa, que é compreendida como um processo de investigação dinâmico e cíclico que compreende a singularidade do fenômeno estudado, incorporando também as percepções de mundo e a experiência intuitiva do/a pesquisador/a, além do método e das informações construídas durante a pesquisa (Branco & Valsiner citado por Madureira & Branco, 2001).

A perspectiva epistemológica positivista enxerga a realidade através de uma visão determinista que compreende os fenômenos estudados por meio de leis gerais, ou seja, imutáveis. Nesta perspectiva, espera-se a neutralidade do/a pesquisador/a, o que torna tanto o/a investigador/a, como os sujeitos estudados passivos, entretanto, existe uma relação de poder em que o/a pesquisador/a possuiria conhecimento sobre as leis gerais que regem a realidade, enquanto os indivíduos pesquisados careceriam de tal conhecimento (Madureira & Branco, 2001). Sendo assim, a pesquisa qualitativa, inspirada pela epistemologia qualitativa desenvolvida por González Rey, surge como uma crítica ao positivismo por conceber a participação do/a pesquisador/a no campo de pesquisa e negando a imparcialidade do/a pesquisador/a na produção da pesquisa, além disso, nessa metodologia a relação entre pesquisador e pesquisado é essencial para a construção do conhecimento (González Rey, 2001).

A epistemologia qualitativa, proposta por González Rey, apresenta como fundamentos principais: uma visão construtiva-interpretativa da produção do conhecimento, um maior caráter interativo na construção dos conhecimentos, e nesta metodologia, é atribuído maior significado à subjetividade na produção da pesquisa (González Rey, 2001). A metodologia qualitativa entende o papel da cultura no desenvolvimento humano e visa compreender a

realidade como um fenômeno complexo, não apenas como algo que possa ser explicado através de leis gerais (Madureira & Branco, 2001).

Segundo Minayo (2007), a pesquisa qualitativa baseia-se no estudo de indagações muito particulares, que não podem ou não devem ser quantificadas. Sendo assim, considerar a realidade social é muito importante, pois é compreendida como o conjunto das ações humanas, em que o ser humano se diferencia não apenas por agir, mas por refletir e interpretar suas ações de acordo com o meio em que vive, partilhando suas ações e reflexões uns com os outros (Minayo, 2007).

Na perspectiva da epistemologia qualitativa a utilização de instrumentos de pesquisa deixa de ser vista como algo rígido e formal, onde o/a investigador/a e o/a investigado/a cumprem funções de maneira rígida e passa a ser entendida como uma ferramenta que possibilita maior interação entre o sujeito e o pesquisador (González, 2001). Pelo caráter interativo da epistemologia qualitativa, González Rey (2001) enfatiza que a relação pesquisador-pesquisado é fundamental para a produção do conhecimento. Nesta perspectiva, é atribuída maior importância ao caráter interativo na produção do conhecimento, em que os/as participantes contribuem para a construção do conhecimento juntamente com o/a pesquisador/a (Madureira & Branco, 2001). Nesta metodologia, a comunicação é tida como princípio, por possibilitar um espaço para construção de informações relevantes, considerando a singularidade como um âmbito importante para a produção de conhecimentos científicos (González Rey citado por Silva, 2014).

O/a pesquisador/a ao entrar em campo, ao utilizar uma metodologia qualitativa de investigação, não terá acesso ao objeto da pesquisa diretamente, mas sim, a como os sujeitos atribuem significados ao fenômeno estudado. Dessa maneira, o estudo dos processos de significação é fundamental para a metodologia qualitativa (Turato citado por Holanda, 2016).

Apesar de se basear nos pressupostos centrais da epistemologia qualitativa, elaborada por González Rey, a presente pesquisa apenas inspirou-se nesta perspectiva epistemológica, ao considerar o espaço dialógico entre a pesquisadora e os/as participantes para a construção de informações a respeito do fenômeno estudado, dentro de uma perspectiva histórica e cultural.

Foi utilizado nesta pesquisa, como instrumento metodológico, a entrevista individual semi-estruturada, que se trata de uma combinação de perguntas abertas e fechadas, que tem o objetivo de fazer com que o/a entrevistado/a discorra sobre o tema pesquisado sem se ater às questões formuladas pelo/a pesquisador/a (Minayo, 2007). Para o trabalho de campo em pesquisas qualitativas, a entrevista é um método muito utilizado, por meio dela o/a pesquisador/a busca obter informações por meio da fala do/a entrevistado/a, sendo então, a entrevista uma conversa que possui finalidade e objetivo, já que serve como uma forma de construção de informações do fenômeno estudado (Minayo, 2007).

A entrevista consiste em uma ferramenta interativa em que é imprescindível o estabelecimento do vínculo pesquisador/a-pesquisado/a, nela o/a pesquisador/a e o/a pesquisado/a não se restringem apenas a esses papéis, já que ao/à pesquisador/a não caberá apenas perguntar e ao/à pesquisado/a apenas responder, até porque as respostas não estão prontas a priori, mas serão construídas no espaço dialógico da entrevista (Madureira & Branco, 2001). A entrevista é um instrumento metodológico muito utilizado em ciências sociais, por possibilitar que o/a pesquisador/a compreenda o fenômeno estudado além da sua própria perspectiva (Gaskell, 2002). Nesse sentido, durante a entrevista os/as participantes oferecem ao/a pesquisador/a uma oportunidade de compreensão aprofundada acerca de suas perspectivas, sendo possível analisar a relação do sujeito estudado com o meio em que vive (Gaskell, 2002).

É importante, em pesquisas sociais, que o/a pesquisador/a procure estratégias metodológicas que busquem analisar e interpretar as dimensões culturais, cognitivas e afetivas que estão envolvidas no fenômeno estudado. Desta maneira, para a realização da pesquisa de campo também foi utilizado um vídeo como recurso metodológico, de forma integrada à entrevista. Nesse sentido, a utilização de imagens e vídeos enquanto recursos metodológicos se baseia na ideia de que as imagens e os vídeos são artefatos culturais capazes de mediar, especialmente, os sentimentos do ser humano (Madureira, 2008). Desta maneira, apresentar imagens, vídeos e obras de arte durante a realização da pesquisa permite ao/a pesquisador/a acesso a áreas além da verbalização.

4.1 Participantes

Participaram do estudo seis indivíduos, que residem no Distrito Federal e entorno. Sendo três homens e três mulheres de diferentes classes sociais com idades entre 20 e 23 anos. Os/as participantes foram selecionados/as via rede social da pesquisadora.

Na Tabela 1 estão expostas as informações sociodemográficas dos/as participantes, considerando suas idades, classes sociais, crenças religiosas e nível de escolaridade. Para que o sigilo em relação às identidades pessoais dos/as participantes seja mantido, serão utilizados nomes fictícios para referir-se aos/às participantes. Segue abaixo a tabela com as informações dos/as participantes:

Tabela 1

Informações Sociodemográficas dos/as participantes

Nome (Fictícios)	Idades	Crença Religiosa	Nível de Escolaridade
Gabriel	20	Não possui	Superior (Cursando)
Miguel	23	Católico	Superior (Cursando)
Maria	21	Católica	Superior (Cursando)
Raquel	22	Não possui	Superior (Cursando)
Sara	20	Espírita	Superior (Cursando)
Rafael	21	Católico	Superior (Cursando)

4.2 Materiais e Instrumentos

Como materiais foram utilizados: um celular, dispondo de sua função de gravador de áudio, o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (Anexo A) e o roteiro de entrevista

(Anexo B) impressos em papel A4 e um tablet, utilizando sua função de reproduzir o material áudio visual previamente selecionado. Como instrumentos foram utilizados o roteiro de entrevista constituído de treze perguntas abertas e um vídeo previamente selecionado.

4.3 Procedimentos de Construção de Informações

Depois da aprovação do projeto referente à presente pesquisa (Anexo C), pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP UniCEUB), a pesquisadora entrou em contato com os/as participantes para marcar o encontro onde seria realizada a entrevista, o horário e local foram escolhidos de acordo com a conveniência dos/as participantes, sendo que, todas foram realizadas em locais que possuíam pouco barulho, para que não afetasse o andamento da entrevista.

Foi realizada uma entrevista individual semi-estruturada com todos/as os/as participantes seguindo um roteiro (Anexo B) constituído de treze perguntas e um vídeo. Foi explicitado pela pesquisadora a todos/as os/as participantes o tema e objetivo geral deste estudo, que as informações como nomes e a gravação do áudio eram sigilosas e que as perguntas que seriam feitas não possuíam respostas certas ou erradas, mas sim posicionamentos e opiniões pessoais em relação ao tema abordado. Ao estarem de acordo em participarem da pesquisa, foi solicitado a todos/as os/as participantes que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A), onde todas as informações descritas acima também estavam expostas.

Durante a entrevista semiestruturada foi utilizado, como recurso metodológico, um vídeo, referente a uma reportagem realizada pelo SBT do Rio Grande do Sul acerca da campanha “Vai ter shortinho sim”, realizada por adolescentes de uma escola tradicional da cidade de Porto Alegre. A reportagem expõe as diferentes visões das alunas, pais e da escola,

possibilitando, assim, que o/a espectador/a construa a sua opinião sobre a campanha realizada pelas alunas.

4.4 Procedimentos de Análise

As informações construídas durante a realização das entrevistas individuais semiestruturadas foram analisadas por meio da análise de conteúdo temática, que possibilita além de uma compreensão mais aprofundada dos conteúdos expressos, uma investigação que possibilita compreender além do que foi comunicado no espaço dialógico das entrevistas (Gomes, 1994).

O processo da análise das entrevistas aconteceu em três momentos. O primeiro passo foi a transcrição das entrevistas realizadas na íntegra, buscando seguir com rigor as falas dos/as participantes. O segundo correspondeu ao momento de selecionar as falas mais significativas das entrevistas realizadas para serem analisadas. Posteriormente, foram construídas, conjuntamente com a professora orientadora, as categorias analíticas temáticas. Segundo Gomes (1994), trabalhar com categorias analíticas representa “agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” (p. 70).

Por último, o terceiro momento, buscou a articulação, de forma aprofundada, entre o empírico e o teórico. Dessa maneira, após a transcrição das entrevistas com os/as participantes, foram construídas três categorias analíticas temáticas, sendo que, na terceira categoria, foi introduzida uma subcategoria (3.1.1). Tais categorias foram construídas com base nos objetivos da pesquisa e nas falas mais significativas durante as entrevistas. As categorias analíticas temáticas construídas foram:

1. Gênero: um conceito ainda incompreendido pela sociedade.
2. O que é violência de gênero na perspectiva dos/as participantes.

3. Aspectos culturais e sociais relacionados à violência de gênero.

3.1 Ênfase na punição e silenciamento em relação à prevenção.

5. Resultados e Discussão

Após a realização de seis entrevistas individuais, semiestruturadas, obteve-se informações relevantes a partir das percepções dos/as participantes acerca da perpetuação da violência de gênero na sociedade brasileira. De acordo com o que foi descrito anteriormente, foram elaboradas três categorias analíticas temáticas para a análise e interpretação das informações construídas. Cabe lembrar que foram utilizados nomes fictícios para referir-se aos/às participantes da pesquisa.

5.1 Gênero: um conceito ainda incompreendido pela sociedade

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino (Beauvoir, 1967, p. 9).¹⁰

Segundo Scott (1995), o conceito gênero foi criado para confrontar o determinismo biológico que está presente na divisão dos sexos, o termo gênero veio para evidenciar o caráter social da construção das identidades dos indivíduos. O conceito de gênero está ligado à história do movimento feminista contemporâneo, tendo sido construído a partir do diálogo entre a academia e o movimento social feminista, que o utilizou de forma política para a luta por igualdade nas relações entre homens e mulheres (Louro, 1998). Mas como está a discussão do conceito de gênero na atualidade?

Durante a realização das entrevistas, foi possível notar o desconhecimento dos/as entrevistados/as quanto ao termo gênero, apenas a participante Raquel, que é militante feminista e faz parte do movimento estudantil de sua Universidade, não questionou o

¹⁰ Trecho retirado do livro “O Segundo Sexo” escrito por Simone Beauvoir em 1949.

significado do termo gênero quando este foi mencionado nas questões da entrevista. Durante as entrevistas, quando foi utilizada nas perguntas a expressão “violência de gênero” os/as demais participantes questionaram sobre o significado da palavra gênero e, também, associaram a palavra a questões de sexualidade, como a homofobia. Sara e Rafael explicitaram isso em suas falas:

Sara – “Estou com uma dúvida. O que é violência de gênero?”.

Rafael – “Violência de gênero é bater nos veadinhos?”.

Foi possível notar durante as falas destes/as participantes um caráter pejorativo quando a fala estava ligada às questões de sexualidade, como na fala de Rafael, ao referir-se aos homossexuais como “veadinhos”. Segundo Borrillo (2009), a homofobia é um fenômeno complexo e variado, podendo ser cometida, por exemplo, quando relacionada a homens homossexuais, através de piadas para ridicularizar o indivíduo considerado “feminino” ou até por meio de agressões físicas. A homofobia é o medo de que a sociedade reconheça a igualdade entre as diferentes formas de expressão da sexualidade, manifestando-se por meio de insultos nos discursos cotidianos seja dentro das famílias, no trabalho, entre amigos/as e até em discursos políticos (Borrillo, 2009).

Santana e Benevento (2013) definem gênero como a construção social produzida a partir das diferenças biológicas entre homens e mulheres que resultam em relações de poder desiguais entre eles. Os autores discutem que essa divisão binária acaba por sustentar os papéis sociais que devem ser desempenhados por homens e mulheres de uma forma rígida. É importante destacar que as fronteiras simbólicas que diferenciam os papéis sociais, são importantes para a construção da subjetividade individual e para a relação entre o sujeito e o mundo social em que está inserido, porém, quando essas fronteiras simbólicas tornam-se

rígidas, acaba-se estimulando o preconceito e a discriminação contra aqueles/as que desempenham papéis fora do que é culturalmente esperado (Madureira & Branco, 2012).

Durante suas falas, todos/as os/as participantes abordaram as diferenças que são esperadas socialmente para cada sexo. As participantes explicitaram em suas falas que o meio em que vivem espera que elas saibam cuidar da casa, cozinhar e que elas sejam submissas à figura masculina, enquanto o papel do homem é prover a casa. Já os participantes verbalizaram que existe na sociedade a ideia de uma soberania masculina, em que os homens acabam por exercer maior poder na sociedade, enquanto às mulheres cabe a submissão.

Durante a entrevista, Maria verbalizou que as mulheres já conquistaram muitas coisas e que essa divisão rígida de papéis entre os gêneros vem mudando, mas que ainda falta muito para que exista igualdade entre os gêneros:

“(...) a forma na qual a população foi criada, onde o “lugar” da mulher é em casa, cozinhando, cuidando dos filhos, enquanto o homem tem o “dever” de trabalhar e sustentar a casa, não podendo a mulher estudar, trabalhar, dirigir e por mais que boa parte disso já tenha mudado, não é uma realidade tão distante, por exemplo, minha vó casou-se cedo, não estudou, não tem uma profissão, é dona de casa (...)”.

Durante a entrevista, Rafael comentou que as mulheres, diferentemente dos homens, são mais emocionais e que por isso, se ofendem com mais facilidade. Existe na nossa sociedade uma separação rígida do que se espera de homens e mulheres, é atribuído ao gênero feminino atitudes mais emocionais, pouca aptidão para ciências exatas, fragilidade, sensibilidade, entre outras. Enquanto dos homens se espera maior aptidão para as ciências exatas, maior agressividade e pouca demonstração de afeto (Vianna & Finco, 2009). Percebe-se, então, que socialmente é ensinado e esperado a agressividade e virilidade para os homens

e para as mulheres a delicadeza, sensibilidade e beleza. O que pode ser percebido desde muito cedo, com os brinquedos que são destinados para cada gênero, por exemplo, armas e videogames são para meninos, enquanto bonecas e brinquedos que imitam utensílios domésticos são para meninas.

Rafael também explicitou durante a entrevista que a mulher possui um “instinto materno” que desperta nela o desejo de cuidar dos outros e, principalmente, de serem mães. Para ele, todas as mulheres possuem o desejo de se tornarem mães. Essa perspectiva pode estar apoiada na herança de uma sociedade patriarcal, onde cabia aos homens a liberdade de transitar no espaço público, enquanto às mulheres restava o espaço privado, cuidando da casa e dos filhos (Parker, 1991). É importante ressaltar, que o conceito de “instinto” diz respeito a um impulso natural presente em todos os indivíduos de uma espécie. Dessa maneira, a ideia de “instinto materno” não é sustentada, uma vez que, não são todas as mulheres, sem exceção, que desejam profundamente serem mães.

A divisão binária dos sexos, definida pelas diferenças biológicas, acaba por excluir as violências sofridas por aqueles/as que não se enquadram nas definições estabelecidas socialmente de feminino e masculino (Bento, 2011). É importante ressaltar que quando os corpos transgridem, ou seja, não correspondem às regras estabelecidas socialmente, sofrem opressão, o homem, por exemplo, que demonstra seus sentimentos com mais facilidade é visto como “feminino”, sendo assim o feminino associado a algo “ruim” (Vianna & Finco, 2009). Existe uma divisão arbitrária e hierárquica entre o que é esperado socialmente de homens e mulheres, a partir, das diferenças biológicas entre eles, sendo adotada pela sociedade uma visão androcêntrica em que o masculino é considerado superior, sendo esperado socialmente dele a virilidade, enquanto, do feminino é esperado a passividade (Bourdieu, 2005).

O entrevistado Gabriel que declarou-se homossexual, durante a entrevista associou a violência de gênero com a homofobia sofrida, principalmente, pelos homossexuais “afeminados”, ou seja, que apresentam características socialmente consideradas femininas. A construção da masculinidade hegemônica estimula a homofobia, uma vez que, é socialmente esperado que os homens afastem de si qualquer característica que seja compreendida como feminina (Junqueira, 2009; Welzer-Lang, 2001).

Segundo Welzer-Lang (2001), a homofobia pode ser compreendida como a discriminação contra pessoas que apresentam características que são atribuídas ao outro gênero de forma rígida aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. A heteronormatividade consiste em reconhecer a heterossexualidade como a única opção legítima para manifestação da sexualidade (Franco & Cicillini, 2015). Nesse sentido, ocorre então o que é chamado de heterossexismo, sendo a heterossexualidade tomada como superior, no caso da homossexualidade masculina, que está ligada ao feminino, sendo então considerada sinônimo de subordinação (Welzer-Lang, 2001). Existe uma ideia cultural, em que os homens perdem status quando demonstram características que são socialmente associadas ao feminino, dessa maneira, é esperado que os homens afastem de si qualquer vestígio que possa ser associado à feminilidade e homossexualidade (Parker, 1991).

Percebe-se, então, que o sexismo e a homofobia se retroalimentam, nesse sentido (Madureira & Branco, 2012). É possível, então, afirmar que a homofobia e o sexismo são duas expressões oriundas da divisão binária de gênero, que também resulta na divisão binária da sexualidade, quando ambas se baseiam unicamente nas diferenças biológicas dos sexos e determinam por meio dessas diferenças, os comportamentos que devem ser desempenhados socialmente pelos sujeitos, além de implicar no processo de construção de suas subjetividades (Borrillo, 2009).

Para Bento (2011) os estudos brasileiros sobre as questões de gênero devem abrir mais “canais de diálogos” entre os estudos ligados ao patriarcado, a violência e os estudos queer, Sendo assim, para que possamos compreender as raízes da violência de gênero e sua perpetuação dentro da sociedade brasileira é necessário desenvolvermos análises abrangentes sobre os múltiplos femininos, em toda sua complexidade e relação deles com os diferentes masculinos (Bento, 2011).

A partir das falas dos/as participantes, é possível perceber que o conceito de gênero é ainda pouco compreendido pela nossa sociedade. Nesse sentido, ainda se perpetua em nossa cultura uma divisão binária entre os gêneros ligada as diferenças biológicas entre homens e mulheres, que sustenta as fronteiras rígidas do que se é esperado de cada gênero (Madureira & Branco, 2012), influenciando não apenas no estabelecimento de papéis e locais específicos para atuação de homens e mulheres, mas influenciando na construção de suas subjetividades e identidades.

5.2 O que é violência de gênero na perspectiva dos/as participantes

De forma geral, os/as participantes explicitaram durante as entrevistas perspectivas semelhantes a respeito do que é a violência de gênero. Todos/as entrevistados/as expressaram em suas falas que a violência é vivenciada não apenas por meio de agressões físicas, mas que ela ocorre também de forma psicológica e verbal. Maria e Raquel expuseram durante a entrevista que a violência de gênero ocorre de formas variadas e, muitas vezes, de formas tão sutis que acabam não sendo percebidas como violência:

Maria - “(...) Pode ser agressão física, coação, agressão moral, comentários maldosos, machistas, tudo que deixe a mulher de alguma forma constrangida, reclusa e com medo (...)”

Raquel – “(...) O assobio na rua, o controle sobre nossos corpos, salários menores para a mesma função, o machismo, o terror psicológico dentro de um relacionamento abusivo. Tudo aquilo que fere a mulher fisicamente e psicologicamente é uma forma de violência.”

A violência de gênero acontece em forma de agressões variadas, como agressões físicas, ameaças, violência psicológica ou abusos e assédios sexuais contra mulheres, unicamente, por essas serem mulheres. Esse tipo de violência acaba sendo legitimado pelas normas sociais e culturais a partir das concepções que a sociedade possui em relação ao feminino (Scharaiber, D’Oliveira, Falcão & Figueiredo, 2005).

A violência contra as mulheres ainda não é tão reconhecida pela sociedade brasileira como um problema real e social. Podemos relacionar o pouco reconhecimento deste fenômeno com o pensamento que está arraigado no imaginário social de que a mulher é um ser passivo, que está subordinado a uma suposta soberania masculina. Pensamento que é alimentado em nosso cotidiano através de estereótipos de gênero e de nossas expressões de linguagem, que transformaram as mulheres e seus corpos em objetos consumíveis (Silva, 2010). Como exemplo, podemos mencionar a pintura na tradição artística européia, sendo que os corpos femininos são retratados, em sua maioria, com uma falsa evidência, nela não é a mulher que está em destaque, mas sim os desejos masculinos (Loponte, 2002).

O fenômeno da violência de gênero é “democrático”, na medida em que, essa violência não reconhece limites entre classes sociais, grau de escolaridade, idade, espaços sociais, raça, entre outros (Rocha, 2007). Fato que pode ser percebido, principalmente, nas falas das participantes mulheres, que apesar de provenientes de classes sociais diferentes, relataram situações reais e próximas sobre a violência contra a mulher. Os participantes homens, que também são provenientes de classes sociais diferentes, explicitaram em suas

falas que a violência de gênero é muito comum e praticada cotidianamente na nossa sociedade.

Os/as demais participantes focaram em seus discursos a violência física e verbal. Percebe-se que as diferentes facetas do fenômeno da violência de gênero são ainda pouco reconhecidas no meio social, uma vez que socialmente a violência é percebida apenas quando deixa marcas visíveis, o que teoricamente “prova” a existência dela. Porém, a violência deve ser tratada como um fenômeno complexo e multifacetado, podendo afetar os sujeitos emocionalmente e psicologicamente, e não apenas com ferimentos físicos visíveis (Minayo, 2006).

A violência de gênero estrutura-se a partir da divisão binária dos sexos, que compreende os seres humanos como machos ou fêmeas, essa ideia baseia-se nas normas sociais, culturais, econômicas e políticas e acaba por determinar os papéis, o poder e os espaços que podem ser ocupados por cada gênero (Giffin & Dantas-Berger, 2007). A partir do momento que a sociedade legitima os estereótipos de gênero, que não condizem necessariamente com a realidade vivenciada pelos indivíduos, as diferentes formas de violência contra a mulher acabam sendo legitimadas em nome de uma norma social em que o homem é o ser dominante, fruto de um sistema patriarcal (Silva, 2010). Estudos no campo da violência evidenciam, que esta deve ser tratada como um problema de saúde pública, não apenas por ocasionar a morte de milhares de pessoas em todo o mundo, mas por também produzir sofrimentos que não podem ser mensurados nos sujeitos que a sofrem (Dalbergh e Krug, 2006).

Gabriel explicita durante a entrevista que a violência psicológica resulta em um dano emocional para o qual não existe um fármaco que seja capaz de amenizar e/ou curar o sofrimento:

(...) No meu ponto de vista, a violência psicológica é a pior, pois quando a pessoa é xingada, rebaixada, ameaçada acontece um ferimento sentimental, para o qual não existe um fármaco que seja capaz de amenizar e curar a dor sentida pela mulher agredida.

A violência física, apesar de ser a mais reconhecida, não é a violência mais habitual se tratando de violência de gênero. Nesse contexto, a violência psicológica e moral que são tipologias que agem de formas mais sutis, são muito mais praticadas, como forma de destruição e desestabilização das identidades das vítimas (Faleiros, 2007).

Na entrevista foi questionado aos/às participantes se as “cantadas” cotidianas que as mulheres recebem nas ruas podem ser compreendidas como violência. Todas as participantes expuseram que sim, pois o conteúdo dessas cantadas que, na maioria das vezes, são feitas por desconhecidos, as deixam constrangidas. Gabriel, Rafael e Miguel acreditam que as cantadas podem ser consideradas como violência apenas quando possuem um teor pejorativo. Rafael, explicita que existem tipos variados de cantadas, desde brincadeiras para ficar bem com os amigos até para demonstrar interesse na mulher:

Existem diversos tipos de cantadas, tem a cantada pejorativa, querendo rebaixar a mulher como piranha e vagabunda, têm a cantada para fazer gracinha para os amigos, tem a cantada tipo assim vai que cola e tem a cantada quero conhecer aquela mulher (...).

Não é por acaso que uma sociedade que ainda possui várias hierarquias, baseadas em princípios patriarcais e machistas, e que apresenta grandes desigualdades sociais haja tanta resistência à promoção de igualdade de direitos para aqueles/as que inserido/as nas minorias, como as mulheres, negros, homossexuais, entre outros (Faleiros, 2007). Existe na sociedade

brasileira um entendimento de que os corpos femininos existem, unicamente, para satisfazer os desejos da sexualidade masculina, podendo ser percebido a perpetuação dessa compreensão nas representações das mulheres na mídia, por exemplo, onde os corpos femininos são, frequentemente, reduzidos a objetos de desejo e de contemplação dos homens (Berger, 1980; Loponte, 2002). A objetificação dos corpos femininos dentro do sistema capitalista não objetiva, apenas, o estímulo ao consumo, como também a perpetuação das relações de poder vigentes, em que o feminino é considerado inferior e deve então, ser subordinado e dominado pelo gênero masculino (Almeida, 2014).

Rafael evidenciou em sua fala que as mulheres tendem a se preocupar mais em preservar seu corpo, para serem vistas pela sociedade como uma “mulher de valor” que, para ele, é uma mulher digna que possui caráter e não apresenta comportamentos vulgares nos meios sociais. Percebe-se, então, que as mulheres devem se preocupar em corresponder aos padrões hegemônicos de corpo e beleza para serem desejadas pelos homens, mas, sobretudo, devem preocupar-se em como esse corpo será compreendido em seu meio social, podendo ser muitas vezes, o responsável por julgamentos, como exemplo, a crença de que a mulher que “não se dá o valor” não é “para casar” (Bourdieu, 2005).

Nesse sentido, como foi percebido nos discursos de todos/as os/as participantes existe uma tendência em culpabilizar a mulher pela violência sofrida. Raquel afirmou que existe na sociedade brasileira um entendimento de que a roupa que a vítima está usando, o horário em que ela está na rua e os locais que ela frequenta, justificam, por exemplo, a violência sexual. Miguel e Maria acreditam, apesar das concepções culturais, que as vestimentas ou atitudes como, beber, não devem ser motivos para julgamentos, até porque todos são livres para vestir-se e serem quem são.

Em sentido contrário, quando questionado sobre a possibilidade da mulher vítima de alguma violência procurar as delegacias e a justiça, Rafael, verbalizou que a mulher primeiro

“deve fazer uma autoavaliação de porque ela está recebendo isso”. O participante apresentou exemplo de uma mulher que está recebendo cantadas na rua sobre seu “bumbum”, antes de procurar “ajuda policial”, a mulher deve, segundo ele, levantar alguns questionamentos, como “será que estou usando uma roupa que deixa meu bumbum muito vulgar?”.

Percebe-se então que, apesar dos avanços na luta feminista para a promoção da igualdade de gênero e da discussão sobre as percepções sociais sobre as mulheres e seus corpos, ainda existe na sociedade uma propensão em emitir juízo de valor sobre suas vestimentas e atitudes, para definir se são mulheres vulgares ou que possuem valor. Porém, por mais que as mulheres busquem estar dentro desses padrões culturais para serem percebidas socialmente como “mulheres de valor”, seus comportamentos são constantemente julgados e classificados. Cabe ressaltar que os julgamentos, também, são cometidos por outras mulheres.

Quando foi perguntado a Sara acerca do entendimento de violência sexual dentro de um relacionamento amoroso, ficou claro a dificuldade da participante de assumir que a violência também pode ser cometida por conhecidos, no caso pelo parceiro. Além disso, a participante ainda culpabilizou a vítima pela violência sofrida:

“(...) acho que a palavra “violência” é muito forte para se usar nesta situação, mas acho que é um tipo de assédio, porque ela não é obrigada a fazer sexo somente para satisfazer o seu parceiro (...). Nesta situação elas devem se impor. Mas acho que mulheres que fazem sexo sem vontade, são mulheres machistas, que acham que deve sempre satisfazer seu parceiro, sem pensarem em si mesmas, ou por medo de os perderem, dele ir procurar sexo em outros lugares.”

Percebe-se que ainda existem dificuldades por parte das mulheres em reconhecerem a violência de gênero em seus relacionamentos amorosos e familiares, denominando as atitudes violentas como agressões isoladas ou assédios. A violência de gênero acaba sendo mais reconhecida quando é cometida por pessoas desconhecidas e quando acontecem fora do contexto familiar e de relacionamentos amorosos (Scharaiber, D'Oliveira, Falcão & Figueiredo, 2005).

Maria e Sara explicitaram, durante as entrevistas, que a violência de gênero também é cometida por mulheres, a partir do entendimento de uma sociedade machista que busca colocar mulheres contra outras mulheres. Como a ideia da dominação masculina apresenta uma gênese cultural, essas ideias acabam sendo naturalizadas, sendo que, muitas vezes, essas ideias também são reproduzidas por mulheres. Essas concepções de que o feminino é inferior e sendo assim deve servir aos desejos masculinos são ensinadas desde muito cedo, devido a isso, muitas vezes, as próprias mulheres não percebem esses ensinamentos como algo problemático e também propagam essas concepções, ancoradas no sexismo, nos meios em que vivem (Bourdieu, 2005).

Pode-se perceber a partir das falas dos/as participantes crenças semelhantes acerca do que é a violência de gênero, tendo maior reconhecimento a violência física. Apesar disso, alguns/as participantes destacaram durante suas falas, outras formas de violência contra as mulheres que são cometidas no cotidiano da sociedade brasileira e acabam não tendo muito destaque. Todos/as os/as participantes reconheceram que a perpetuação da violência de gênero em nossa sociedade está associada a aspectos sociais e culturais.

5.3 Aspectos culturais e sociais relacionados à violência de gênero

Para que tenhamos uma compreensão mais aprofundada acerca das concepções de homens e mulheres sobre o fenômeno da violência de gênero, e como essas concepções

influenciam a construção de suas identidades e suas atuações no meio social, é necessário que busquemos compreender o contexto cultural no qual eles/as estão inseridos/as, tendo em vista que as concepções acerca do feminino e do masculino são construções sociais, históricas e culturais.

Todos os/as participantes expressaram, durante as entrevistas, que ainda vivemos em uma sociedade com resquícios patriarcais que sustentam a soberania masculina, em que as mulheres deveriam se submeter ao poder dos homens. A hierarquia patriarcal é baseada no entendimento de feminino e masculino como uma oposição incontestável, em que o masculino é detentor do poder e possui a virilidade, enquanto a mulher é considerada mais “fraca”, sendo assim, sujeita à dominação masculina (Parker, 1991).

Para Miguel, muitas vezes, os ensinamentos que são perpetuados pela sociedade legitimam a prática da violência. É importante lembrar que a violência de gênero já foi reconhecidamente legal no Brasil, a partir do momento que a “honra” do homem fosse afetada (Vainfas, 1997).

A violência de gênero está enraizada nas concepções que são perpetuadas pela sociedade brasileira, sendo essa violência compreendida com uma extensão do preconceito vivenciado pelas mulheres nos últimos séculos (Silva, 2010). Rafael apresentou um discurso religioso, em que diz que o corpo da mulher é um templo que deve ser devidamente cuidado, cabendo à mulher “dar-se o valor” necessário para ser vista como uma mulher de caráter:

(...) Na Bíblia fala que a mulher é um templo, então ela tem o respeito dela, o homem também, mas a mulher é diferente (...) Essa questão de corpo e sexualidade, para a mulher é muito mais delicado do que para o homem. (...) Eu percebo que isso é uma coisa muito mais delicada para a mulher, muitas vezes eu vejo na rua, claro que não é para todas, tem isso também, tem essa diferenças entre mulheres também, tem mulher

que se preserva mais nessa situação e tem outras que não estão nem ai, ela não se guarda, ela não se preserva, não se valoriza.

O sistema patriarcal foi ancorado nos preceitos de uma moral familiar que foi defendida e propagada pelos religiosos cristãos, como uma forma de controle (Vainfas, 1997). Através de uma ótica cristã mais arcaica, a mulher é entendida como “pecadora”, sendo assim, uma ameaça para a permanência da moral familiar, dessa forma, caberia aos homens submetê-las a sua dominação para que a moral seja perpetuada (Madureira, 2010; Vainfas, 1997).

A prática contínua da violência de gênero, fez com que movimentos sociais, tal como o movimento social feminista, incluíssem em suas lutas esse tipo de violência, que acabou ganhando maior visibilidade na mídia e maior sensibilização pública (Silva, 2010). Contudo, é possível perceber nas falas dos/as participantes que, apesar da ascensão da luta feminista em relação à violência contra a mulher, o tema ainda é pouco abordado no cotidiano da sociedade brasileira, sendo então, não compreendido em toda sua gravidade e complexidade, podemos perceber isso na fala de Miguel quando questionado sobre as percepções da sociedade e de seus grupos sociais acerca da violência de gênero:

Acredito que as pessoas do meu convívio desprezam pessoas que cometem esse tipo de atrocidade. Acredito que todos do meu ciclo social ficariam pasmos ao saber que alguém que conhecemos agrediu uma mulher. Mas nunca falamos muito sobre esse assunto, de violência contra as mulheres.

Diferentemente de Miguel, Raquel, que faz parte do movimento feminista, explicita em sua fala que, atualmente, devido a sua atuação em movimentos sociais convive com pessoas que não são condescendentes em relação as práticas de violência de gênero, além

disso, é um tema abordado em seus grupos sociais. Já quanto às concepções da sociedade brasileira de um modo geral, ela diz que ainda há um pensamento machista e que há uma recusa de diálogo na sociedade, por exemplo, sobre a legalização do aborto. Contudo, Raquel, Maria e Rafael pontuam que as mulheres avançaram na conquista de alguns direitos, mas que ainda falta muito para que haja uma efetiva equidade entre os gêneros. Podemos vincular os avanços do movimento feminista que iniciou-se na virada do século XIX para o século XX, quando mulheres manifestaram-se para conquistarem o direito ao voto em diferentes partes do mundo, a reivindicação ficou conhecida como “sufragismo” (Louro, 1998).

Todos/as os/as participantes acreditam que a violência de gênero é um problema social, que é sustentado pela cultura vigente na nossa sociedade há muito tempo, que se ancora na hierarquia patriarcal. Sara, explicita, em sua fala, que a violência de gênero também conta com ajuda de mulheres para sua perpetuação e que, muitas vezes, essas mulheres não se dão conta do que estão fazendo. As práticas de violência cotidianas vivenciadas por mulheres, também são sustentadas por mulheres que legitimam a ideia da submissão feminina ao poder masculino (Silva, 2010).

É possível perceber então que, ainda existe em nossa sociedade normas culturais que sustentam e naturalizam as práticas da violência de gênero. Cabe destacar que, por meio das falas dos/as participantes ainda, existe dificuldade em nossa sociedade de enxergar algumas práticas cotidianas vivenciadas por mulheres como violência.

5.3.1 Ênfase na punição e silenciamento em relação à prevenção

Apesar da violência ter estado presente em toda a história da humanidade, ela não deve ser entendida como algo inevitável do ser humano. A violência e suas consequências podem ser reduzidas e evitadas. Nesse sentido, desde a década de 1980, estudiosos/as,

principalmente ligados/as à saúde pública, tem se dedicado à compreensão do fenômeno da violência e a sua prevenção (Dahlberg & Krug, 2006).

Para Rafael, como a violência de gênero é um problema social que acontece “há muitas gerações”, em que socialmente o homem é reconhecido como “soberano a mulher”, não existe uma solução para o fenômeno da violência de gênero, para ele, “não é algo para que se tenha uma solução, vai ser para sempre assim”. Em contrapartida, os/as outro/as participantes acreditam que, apesar de acontecer de uma forma lenta, as desigualdades de gênero que ancoram a prática da violência contra as mulheres é algo passível de mudanças, e que, nos últimos anos houve avanços nesse sentido, mas ainda falta muito para ser alcançado.

Durante as entrevistas, a maioria dos/as participantes, com exceção de Raquel e Gabriel, focaram seus discursos unicamente em uma maior punição para o combate da violência de gênero. De uma forma geral, os/as participantes, apesar de saberem da existência da Lei Maria da Penha e de acreditarem que é uma lei necessária, apresentaram um desconhecimento sobre o funcionamento dela. Como é possível perceber nas falas de Sara e Miguel:

Sara: “Nunca parei para ler sobre a lei, mas sempre ouço falar e tenho uma noção básica do conceito. Mas acho também que deveria haver punições mais severas. Acho que esta lei é importante e bastante necessária para proteger mulheres de serem violentadas (...).”

Miguel: “Conheço, assim, sei que a lei existe, mas não sei muito a fundo, sabe? Mas mesmo assim acho muito fraca as punições”.

Atualmente, constatamos no Brasil a expansão da influência de setores conservadores que ainda não enxergam a violência como um problema de saúde pública que pode e deve ser

prevenido, focando unicamente na punição. Os autores da violência devem, sim, serem punidos pelos atos cometidos, porém, deve haver por parte das autoridades públicas ações focadas também na elaboração e implementação de estratégias de prevenção, para que o número de casos de violência diminuam de fato.

Os autores de violência contra as mulheres são percebidos, muitas vezes, pela sociedade como pessoas doentes, não existindo uma maneira de curá-las, sendo negados os aspectos culturais que ancoram a prática da violência de gênero, que é a expectativa de submissão da mulher ao poder masculino (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012). Dessa maneira, percebe-se que apesar da constante luta de mulheres para o devido reconhecimento social de igualdade de direitos, ainda existe uma resistência de homens e de mulheres, em relação às mudanças necessárias para que a igualdade seja alcançada. Sendo possível perceber que no Brasil ainda existe uma legitimação cultural da subordinação feminina, sendo a violência justificada para defender a honra masculina, o que pode ser percebido nas notícias veiculadas na mídia, quando o assassinato de mulheres é tratado como “crime passionnal” (Bandeira, 2009).

Em sua fala, Rafael associou a violência física cometida contra mulheres com o uso de álcool e ainda justificou a violência a partir de uma provocação da mulher:

Acho que é extremamente necessário que exista uma lei para quando o homem bater na mulher, já que muitas vezes o camarada embriaga na rua, aí chega em casa já tarde, aí a mulher acha ruim, fala alguma coisa pra procurar briga, o cara perde a paciência com ela e ele acaba batendo nela,

Estudos no campo da violência de gênero evidenciam que o uso de álcool estimula comportamentos agressivos em que o homem acaba não reconhecendo limites, porém, o uso

de álcool é um fator que antecipa e agrava os comportamentos violentos, não sendo a causa primária deles. Portanto, o álcool não é uma justificativa para que homens violentem mulheres (Madureira et al, 2014).

Para Gabriel e Raquel, para que o número de casos de violência de gênero diminua, é necessário que haja uma mudança nas normas sociais sobre a legitimidade desse tipo de violência. Raquel aposta em políticas públicas que visem a desconstrução das ideias que sustentam a violência e a culpabilização da vítima pela violência sofrida. Como a violência de gênero é um fenômeno multifacetado, que encontra sustentação na cultura, é necessário que o enfrentamento desse fenômeno mire não apenas na punição dos agressores, mas atente-se também para a prevenção, por meio da assistência e garantia dos direitos das mulheres (Madureira et al, 2014).

Nesse sentido, cabe mencionar que o contexto educacional pode ser um ambiente propício para a discussão sobre a violência de gênero e sua perpetuação em nossa sociedade. A instituição escolar vivenciada na atualidade acaba por estimular as desigualdades de gênero, uma vez que, nesse espaço, existe uma ação distintiva que separa e classifica os sujeitos (Louro, 1998). É importante destacar a natureza contraditória da instituição escolar, a escola é reprodutora de desigualdades e preconceitos, mas em contraponto, é também um espaço que pode desestabilizar a perpetuação dessas desigualdades e preconceitos (Louro, 1998). Nesse sentido, o espaço escolar apresenta potencialidade quando pensamos na dimensão educativa da prevenção da violência contra as mulheres, podendo então a escola atuar como promotora de transformações.

Gabriel explicita em sua fala que sente falta que questões como, violência de gênero sejam tratadas nas escolas, pois, muitas vezes, as crianças e adolescentes recebem informações sobre o fenômeno na mídia, mas não existe um espaço para debater sobre:

Sinto falta de ensinamentos contra a violência de gênero dentro das escolas (...). As crianças e adolescentes recebem muitos estímulos, principalmente da mídia e não tem muito espaço para discutir sobre, elas crescem com a cultura de que lugar de mulher é na cozinha, que mulher é submissa ao homem, entre outras coisas. E assim, como outras campanhas são inseridas nas escolas, como prevenção a dengue, uso de preservativos e etc, uma campanha contra a violência de gênero seria de grande valia.

Como a instituição escolar tradicional é estruturada de uma forma que acaba por reproduzir as desigualdades de gênero, estudiosas feministas construíram estratégias pedagógicas para o enfrentamento e superação das desigualdades de gênero na educação (Louro, 1998). Estas estratégias pedagógicas alternativas visam denunciar e superar as práticas contínuas que sustentam as desigualdades dentro no contexto escolar, rompendo com as “relações hierárquicas” que estão presentes no cotidiano escolar tradicional, por meio da promoção de diálogo, em que todos os sujeitos da escola são igualmente capazes de se expressarem e de ouvirem o outro (Louro, 1998).

Entretanto, com o avanço da bancada conservadora em nosso Congresso, a legitimidade dos estudos acadêmicos sobre gênero e a legitimidade de ações que visem à promoção de maior debate sobre essas questões estão sendo questionadas para que o Plano Nacional de Educação não contemple em seu currículo as questões de gênero.

Considerações Finais

Durante a realização desta pesquisa, busquei evidenciar a naturalização da violência de gênero na sociedade brasileira, mostrando que esse fenômeno é “democrático” por ser registrado em todas as classes sociais. Para isso, busquei articular os conhecimentos teóricos acerca do tema e as informações empíricas construídas durante as entrevistas. Buscou-se compreender as percepções de homens e mulheres de classe sociais diferentes acerca da perpetuação da violência de gênero em nosso país. Para tanto, foi utilizado como base teórica a psicologia cultural, que possibilitou uma interpretação mais aprofundada dos resultados obtidos.

A violência de gênero é um fenômeno presente na sociedade brasileira como um todo, evidenciando que suas raízes encontram-se ancoradas no sexismo, em que as relações de poder entre homens e mulheres acontecem de uma forma desigual, sendo assegurado maior poder aos homens. As diferentes formas de preconceito, como o sexismo, podem ser compreendidas como fenômenos de fronteira, relacionados à marcação simbólica rígida das distinções entre os diferentes grupos (Madureira & Branco, 2012). Sendo assim, o sexismo é o estabelecimento de fronteiras simbólicas rígidas acerca da compreensão social do que é feminilidade e masculinidade (Madureira & Branco, 2012). Dessa maneira, pode-se concluir que a perpetuação da violência de gênero em nossa sociedade acontece através da manutenção do sexismo e do patriarcalismo em que o homem é considerado o “detentor” do poder, podendo usá-lo da maneira que achar necessário (Parker, 1991).

As percepções de homens e mulheres acerca da perpetuação da violência de gênero foram analisadas, bem como suas crenças sobre o que é violência de gênero e os aspectos culturais e sociais que estão relacionados a ela.

As falas dos/as participantes, durante as entrevistas, evidenciaram que as normas sociais que são propagadas pela cultura, que compreendem o gênero a partir do determinismo biológico, legitimam os papéis sociais, os comportamentos e os espaços que devem ser desempenhados por cada gênero, além de interferirem no processo de subjetivação dos sujeitos. Dessa maneira, acaba-se legitimando a perpetuação da violência de gênero.

Houve unanimidade entre os/as participantes em compreenderem a violência de gênero como um problema social que deve ser combatido, porém, a maioria deles/as evidenciou apenas a punição como forma de conter a perpetuação dessa violência. Contudo, destaco a importância de se investir na prevenção da violência de gênero, principalmente por meio da educação. Nesse sentido, as escolas se tornam lugares propícios para a promoção de ações e debates acerca das questões de gênero e da violência vivenciada, cotidianamente, por mulheres.

O vídeo foi um recurso metodológico muito útil, que permitiu aos/às participantes expressassem suas opiniões de forma espontânea, sem medo de julgamentos. A partir dos resultados obtidos, ressalta-se a importância de mais estudos sobre a temática, tendo em vista que os conhecimentos construídos nessas pesquisas podem contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática, em que a igualdade de gênero se torne realidade e a violência contra as mulheres seja compreendida em toda sua complexidade. Com conhecimentos mais aprofundados sobre essa temática também é possível a criação de medidas mais eficazes para prevenir a prática da violência de gênero em suas diversas formas.

Compreende-se que para a psicologia, como ciência e campo de atuação profissional, uma compreensão mais aprofundada acerca da violência de gênero é de suma importância, pois esta é causadora de sofrimento físico e psíquico em relação às mulheres que a vivenciam em todas ou uma de suas formas. Sendo importante ressaltar que o/a psicólogo/a pode trabalhar na direção do empoderamento dessas mulheres, bem como contribuir na promoção

de um processo reflexivo para os autores da violência de gênero. Dentro do consultório, da escola, do hospital, entre outros contextos de atuação profissional, o/a psicólogo/a pode colaborar na promoção de espaços dialógicos focados nas questões de gênero, contribuindo, assim, para a desconstrução das normas culturais que ancoram as relações desiguais de poder entre os gêneros e, dessa forma, legitimam a perpetuação das práticas violentas contra as mulheres.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Tânia Mara Campos de. (2014). Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. *Sociedade e Estado*, 29(2), 329-340. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200002>
- Andrade, C. J. M., & Fonseca., R. M. G. S. (2008). Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 42(3), 591-595. <https://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342008000300025>.
- Bandeira, Lourdes. (2009). Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. *Sociedade e Estado*, 24(2), 401-438. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922009000200004>
- Beauvoir, Simone. (1967). *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Bento, Berenice. (2011). Politizar o abjeto: dos femininos aos feminismos. Em B. Medrado e W Galendo (Orgs). *Psicologia Social e seus movimentos: 30 anos de Abrapso* (pp. 357-371). Recife: Editora Universitária - UFPE.
- Berger, J. (1980). *Modos de ver*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bourdieu, P. (2005). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Borrillo, D. (2009) A Homofobia. Em Lionço, T. & Diniz, D. (Orgs.). *Homofobia e Educação: Um desafio ao silêncio*. (pp. 15-46). Brasília: Letras Livres.
- Bruner, J. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2006). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Suppl.), 1163-1178. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>
- Engels, F. (2006). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Editora Centauro.
- Faleiros, E. (2007). Violência de gênero. Em S. R. Taquette (Org.), *Violência contra a mulher adolescente-jovem* (pp. 91-97). Rio de Janeiro: EDuERJ.
- Ferreira, M. C. (2004). Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em Psicologia*, 12(2), 119-126. Recuperado em 19 de maio de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 307-314. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>
- Franco, N. & Cicillini, G. A. (2015). Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Revista Estudos Feministas*, 23(2), 325-346. Epub May 00, 2015. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p325>
- Gadoni-Costa, L. M., Zucatti, A. P. N., & Dell'Aglio, D. D. (2011). Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 28(2), 219-227. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2011000200009>

- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. Em M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp.64-89). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Giffin, K., & Dantas-Berger, S. M. (2007). Violência de gênero e sociedade de risco: uma abordagem relacional. Em S. R. Taquette (Org.), *Violência contra a mulher adolescente-jovem* (pp. 91-97). Rio de Janeiro: EDuERJ.
- Gomes, R. (1994). A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. Em Minayo, C.S. (Org.) *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Araújo, A. J. S., & Coelho, T. M. F. (2007). Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(4), 504-508. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002007000400020>
- González Rey, F.L. (2001). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira.
- González Rey, F.L. (2005) *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira
- Gonzalez, D. F. (2014). Entre público, privado e político: avanços das mulheres e machismo velado no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 44(151), 239-243. <https://dx.doi.org/10.1590/198053142850>
- Hall, S. (1997). *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Porto Alegre: Educação & Realidade.

- Holanda, J. M. G. B. (2016). *As vivências de professores/as na elaboração de projetos pedagógicos promotores da igualdade de gênero*. Monografia de Conclusão de Curso não publicada, Centro Universitário de Brasília, Brasília, Brasil.
- Junqueira, R. D. (2009). Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Loponte, L. G. (2002). Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. *Estudos Feministas*, 10(2), 283-300.
- Louro, G. L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Madureira, A. B., Raimondo, M. L., Ferraz, M. I. R., Marcovicz, G. V., Labronici, L. M., & Mantovani, M.F. (2014). Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. *Escola Anna Nery*, 18(4), 600-606. <https://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20140085>
- Madureira, A. F. A. (2008). *Imagens como artefatos culturais na pesquisa sobre as bases sociais e psicológicas do preconceito: uma proposta metodológica*. Pesquisa de pós-doutorado realizada pela autora em 2008 na Facultad de Psicología da Universidad Autónoma de Madrid, na Espanha, sob supervisão do Prof^o Alberto Rosa Rivero (Apoio: CAPES, Brasil)
- Madureira, A. F. A. (2010). Gênero, fronteiras simbólicas e imagens: implicações metodológicas e educacionais. *Anais - Simpósio: Gênero e Psicologia Social* (pp.17-30). Brasília: TechnoPolitik.

- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9 (1), 63-75.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2005). Construindo com o outro: uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano. Em M. A. Dessen & A. L. Costa Júnior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 90-109). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2007). Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(1), 81-90. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n1/a10v23n1.pdf>
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.
- Minayo, M. C. S. (2007). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2006). Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. Em Njaine, K. Gonçalves, S, Constantino, P. (Org.). *Impactos da violência na saúde*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 21-42.
- Oliveira, M. C. S. L. & Madureira, A. F. A. (2014). Gênero e Psicologia do Desenvolvimento: quando a ciência é utilizada como força normatizadora das identidades de gênero. *Labrys (Edição Française. Online)*, 26. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys26/psy/maria%20claudia.htm>.

Parker, R. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*.

São Paulo: Editora Best Seller.

Pinto, C.R.J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo; Fundação Perseu

Abramo.

Piosiadlo, L. C. M., Fonseca, R. M. G. S., & Gessner, R. (2014). Subalternidade de gênero:

refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher. *Escola*

Anna Nery, 18(4), 728-733.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400728.

Rocha, M. M. (2007). Violência contra a mulher. Em S. R. Taquette (Org.), *Violência contra*

a mulher adolescente-jovem (pp. 91-97). Rio de Janeiro: EDuERJ.

Sacramento, L. T. e, & Rezende, M. M. (2006). Violências: lembrando alguns

conceitos. *Aletheia*, (24), 95-104. Recuperado em 29 de mar • o de 2016, de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

[03942006000300009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300009&lng=pt&tlng=pt).

Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.

Cadernos Pagu. (16), 115-136. <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>

Santana, V. C., & Benevento, C. T. (2013). *O conceito de gênero e suas representações*

sociais. Buenos Aires: Revista Digital EFDeportes.

Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L, Falcão, M. T. C., e Figueiredo, V. S.

(2005). *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos*

humanos. São Paulo: Unesp.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20

(2), 71-99.

Scott, J. (1998). Ponto de vista: entrevista com Joan Wallach Scott. *Estudos Feministas*, 6 (1), 114-124.

Silva, Sergio Gomes da. (2010). Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(3), 556-571. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000300009>

Silva, M. R. G. (2014). *Mulheres Negras e Escolarização: Possíveis Implicações do Racismo e do Sexismo nos Processos Educativos*. Monografia de Conclusão de Curso não publicada, Centro Universitário de Brasília, Brasília, Brasil.

Silva, L. E. L., & Oliveira, M. L. C. (2015). Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(11), 3523-3532. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152011.11302014>

Simão, L. M; Pontes, V. V; (2016). A cultura na mente e nas sociedades. Resenha de: Valsiner, J. (2012). Fundamentos da psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida. Porto Alegre, RS: Artmed. *Psicologia USP*, 27, 153-155. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305145376019>

Souza, M.H., Malvasi, P., Signorelli, M. C., & Pereira, P. P. G. (2015). Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(4), 767-776. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00077514>

Todorov, T. (2010). *O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações*. Petrópolis – RJ: Vozes.

Valsiner, J. (1998). *The guided mind*. Cambridge: Harvard University Press.

Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida*.

Tradução de Ana Cecília de Sousa Bastos. Porto Alegre: Artmed.

Vainfas, R. (1997). *Trópico dos pecados – Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de

Janeiro. Editora Civilização Brasileira.

Vianna, Claudia, & Finco, Daniela. (2009). Meninas e meninos na Educação Infantil: uma

questão de gênero e poder. *Cadernos Pagu*, (33), 265-283. Recuperado em 28 de

setembro de 2015, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332009000200010&lng=pt&tlng=pt)

[83332009000200010&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332009000200010&lng=pt&tlng=pt). 10.1590/S0104-83332009000200010.

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.

Estudos Feministas 9(2), 460-482.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva

(Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72).

Petrópolis: Vozes.

Anexos

Anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE:

“A perpetuação da violência de gênero entre diferentes classes sociais na sociedade brasileira”

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Pesquisadora assistente: Déborah Soares de Carvalho

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “A perpetuação da violência de gênero entre diferentes classes sociais na sociedade brasileira”. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. A sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se você desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade), você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida autorizar a participação, você será solicitada a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo deste estudo é analisar as concepções e crenças de homens e mulheres de diferentes classes sociais acerca da perpetuação das diversas formas de violência contra as mulheres na sociedade brasileira.
- Você está sendo convidado/a a participar por corresponder ao perfil delimitado para a realização da pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder uma entrevista, envolvendo a apresentação de um vídeo previamente selecionado sobre o tema abordado na pesquisa. A entrevista será gravada, com o seu consentimento, a fim de facilitar o posterior trabalho de análise.
- O local de realização da entrevista será acordado entre você e a pesquisadora-assistente, de acordo com o que for mais conveniente para você.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui “baixo risco”. Tais riscos são inerentes ao procedimento de entrevista.
- Medidas preventivas durante a entrevista serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido ao/à participante que não existe resposta certa ou errada para as perguntas, mas sim posicionamentos e opiniões pessoais em relação ao tema abordado.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.
- Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre o tema em questão, a respeito da perpetuação da violência de gênero na sociedade contemporânea brasileira a partir de suas crenças e percepções.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária, por isso você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficarão guardados sob responsabilidade da pesquisadora assistente com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____ após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida a você.

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Pesquisadora responsável: Ana Flávia do Amaral Madureira
Celular: (61)99658-7755, E-mail: madureira.ana.flavia@gmail.com

Pesquisadora assistente: Déborah Soares de Carvalho
Celular: (61)99137-7650, E-mail: deborahsoaresc@gmail.com

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:

Instituição: UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

Endereço: SEPN 707/907 – Campus do UniCeub – Asa Norte

Bloco: Bloco 9 (FACES)

70790-075 Brasília – DF

- Telefones p/contato: 3966-1200

Anexo B: Roteiro de Entrevista

Roteiro de Entrevista

1. Inicialmente, eu gostaria que você me contasse um pouco sobre sua trajetória de vida, sobre o que você considera importante ou significativo.
2. Para você o que é violência contra a mulher?
3. Você acha que a violência de gênero é um problema social ou não? Por quê?
4. Algumas pessoas acreditam que mulheres que saem de roupas curtas e decotadas, ou que ficam bêbadas ou que saem sem o parceiro são mulheres que não se dão ao respeito, por outro lado, também existem pessoas que acreditam que as mulheres são donas de si e são contra essa ideia de que mulher deve se dar o valor. Qual a sua opinião sobre?
5. O que você acha que a sociedade num sentido geral, e os grupos que você convive em seu cotidiano, pensam sobre a violência contra a mulher?
6. Você conhece a Lei Maria da Penha? Se sim, o que você acha desta Lei? Se não, você acredita ser necessário que exista uma Lei específica em relação à violência contra as mulheres? Por quê?
7. Para você a mulher receber cantadas nas ruas é violência ou não? Por quê?
8. Você acredita que em casos de violência dentro de uma relação amorosa uma terceira pessoa pode interferir caso presencie algum tipo de violência?
9. Para você a mulher ser humilhada pelo parceiro ou algum homem através de palavrões, essa situação pode ser considerada como uma forma de violência, ou não? Por quê?

10. Você acha que quando uma mulher faz sexo com o seu namorado ou com o seu marido contra a sua vontade, essa situação pode ser entendida como uma forma de violência, ou não? Por quê?
11. Quando você acredita que uma mulher que sofre violência de gênero deve buscar ajuda policial ou da Lei Maria da Penha?
12. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Vídeo:

“Vai ter shortinho, sim: alunas contra o preconceito”

<https://www.youtube.com/watch?v=VAj58Lm-cgc>

Qual a sua opinião a respeito da campanha “Vai ter shortinho sim!” iniciada por adolescentes?

Anexo C: Parecer de aprovação do Comitê de Ética

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A perpetuação da violência de gênero entre diferentes classes sociais na sociedade brasileira

Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 59152216.2.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.736.764

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa tem como escopo analisar e compreender, a partir da perspectiva dos participantes, os fatores culturais e sociais que estão relacionados à violência de gênero na sociedade brasileira contemporânea.

A pesquisa envolverá homens e mulheres de classes sociais diferentes, com idades entre 18 e 50 anos.

A metodologia de pesquisa adotada será a metodologia qualitativa, mediante a realização de 6 (seis) entrevistas individuais semiestruturadas, de forma integrada à apresentação de um vídeo, selecionado previamente. A utilização do vídeo busca provocar nos participantes reflexões acerca do tema abordado na pesquisa.

Os participantes serão recrutados por meio da rede social da pesquisadora assistente.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa em análise tem como propósito analisar e compreender, a partir da perspectiva dos participantes os fatores culturais e sociais que estão relacionados à violência de gênero na sociedade brasileira.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 1.736.764

XI.1 - A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

- c) desenvolver o projeto conforme delineado;
- d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- e) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;
- f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;
- g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e
- h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento. O modelo do relatório encontra-se disponível na página do UniCEUB

http://www.uniceub.br/instituicao/pesquisa/ins030_pesquisacomitebio.aspx, em Relatório de Finalização e Acompanhamento de Pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com deliberação do colegiado, em consonância com o parecer do relator a pesquisa se encontra apta a ser iniciada.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado por este CEP, com parecer N° 1.731.665/2016, tendo sido homologado na 15ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB, em 09 setembro de 2016.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_778974.pdf	23/08/2016 16:04:59		Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	23/08/2016 15:56:47	Déborah Soares de Carvalho	Aceito
Projeto Detalhado	PROJETOCOMPLETO.docx	23/08/2016	Déborah Soares de	Aceito

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3968-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 1.736.764

/ Brochura Investigador	PROJETOCOMPLETO.docx	15:56:16	Carvalho	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	22/08/2016 14:24:53	Déborah Soares de Carvalho	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASÍLIA, 20 de Setembro de 2016

Assinado por:

Marília de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador)

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br